

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
com Miguel Darcy de Oliveira e Sergio Fausto

Crise e reinvenção da política no Brasil



Copyright © 2018 by Fernando Henrique Cardoso, Miguel Darcy de Oliveira e Sergio Fausto

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa

Victor Burton

Preparação

Ciça Caropreso

Checagem

Érico Melo

Revisão

Fernando Nuno

Huendel Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cardoso, Fernando Henrique

Crise e reinvenção da política no Brasil / Fernando Henrique
Cardodso. — 1^a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2018.

ISBN 978-85-359-3098-6

1. Brasil – Condições econômicas 2. Brasil – Condições sociais
3. Brasil – Política e governo 4. Crise – Brasil 5. Cultura –
Brasil 6. Democracia – Brasil i. Título.

18-13632

CDD-320.981

Índice para catálogo sistemático:

1 Brasil : Crise e reinvenção : Ciência política

320.981

[2018]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Sumário

<i>Prefácio</i>	7
1. Ponto de partida: uma crise política e moral	19
2. Matriz política e cultural da crise	47
3. Crise e aprofundamento da democracia	73
4. Os ativos do Brasil	86
5. O velho e o novo	118
6. Política, liderança e mensagem	145
7. O lugar do Brasil no mundo	175
8. Uma certa ideia de Brasil	203

Prefácio

Este livro, embora tenha meu nome na capa, é o resultado de uma intensa troca de opiniões, correções e agregações de textos feita por três pessoas: Miguel Darcy de Oliveira, Sergio Fausto e eu próprio. O livro nasceu por sugestão de Luiz Schwarcz, quando conversávamos sobre a edição do volume final dos *Diários da Presidência*. Na feitura dele colaborou também Otávio Marques da Costa, editor na Companhia das Letras.

Começamos por uma série de entrevistas que dei a Sergio e Miguel. Pouco a pouco fomos atenuando o tom coloquial e tornando mais precisos os comentários gravados. Foram tantas as observações críticas e os adendos, que me sinto incomodado ao ver meu nome como autor. Trata-se de um livro colaborativo. Como não é obra acadêmica nem de pura análise, e contém opiniões sobre processos sociais e políticos a respeito dos quais há divergências de ênfase entre os colaboradores, convém afirmar que sou o responsável pelas opiniões. As modificações e os comentários tiveram minha aprovação, e o texto inteiro foi revisto por nós três.

Em um ponto, entre muitos outros, coincidimos: a situação política do país requer uma tomada de posição para que as pessoas percebam o que está em jogo e sintam a urgência no encaminhamento de saídas para a crise que afeta nossa política, pois não estamos em um beco sem alternativas. Se o jogo político-partidário muitas vezes é desanimador, há compensações. A sociedade, movida por dinâmicas socioeconômicas nem sempre visíveis e por novos valores, se movimenta. Esse processo nem sempre é registrado pelo meio político nem provoca mudanças nas instituições. Não deixa, contudo, de ter efeitos a médio e longo prazo. Há motivos, pois, para esperança.

Tanto a palavra “crise” quanto o qualificativo “nossa” requerem esclarecimentos. Cada vez que os processos sociais e econômicos alteram o clima político e criam incertezas, se costuma dizer que há uma “crise”. No caso atual, contudo, a crise é mais geral: há uma crise da democracia representativa mesmo nos países em que ela se originou. Mais ainda, fala-se de crise da política até no país que era considerado modelo dessa forma de governo, os Estados Unidos. Recentemente, dois livros, entre vários, descrevem o difícil ajustamento da democracia americana aos novos tempos: *How Democracies Die*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, e *The Once and Future Liberal*, de Mark Lilla.

Em uma série de reuniões preparatórias para uma conferência mais ampla sobre o tema, a ser realizada em Lisboa sob os auspícios da Fundação Champalimaud, Miguel Darcy e eu pudemos ver de perto como os europeus e os americanos se preocupam com os rumos incertos do eleitorado e das instituições de seus países. Com mais forte razão, há preocupações nos países em que a democracia morre, como na Turquia, ou está ameaçada, como em algumas nações do Leste europeu. Sem falar da América Latina, onde golpes de Estado e populismo são fenômenos mais corriqueiros.

Não se vê essa crise, por óbvio, em países em que o regime político nunca chegou a se basear no jogo de partidos e na democracia representativa. Nesses predominam formas autoritárias de governo, frequentemente incentivadoras do capitalismo estatal, às vezes com propósitos sociais mais abrangentes. A ausência de crises visíveis em tais regimes decorre da opinião pública ser inexistente como fator de poder ou estar conformada com os modos de governar. Nesses casos, a dinâmica política é outra, embora os processos globais de mudança também engolfem suas economias e sociedades.

Os motivos e as formas das crises nas democracias representativas variam. Em nosso caso, a desmoralização das instituições, dos partidos e de seus líderes se deve principalmente à corrupção que se generalizou e se tornou sistêmica, como veremos no primeiro capítulo. A extensão e a intensidade desse fenômeno, num contexto de forte recessão econômica, adicionam fatores específicos à crise da democracia no Brasil.

No livro salientamos que há processos de caráter estrutural que atingem não só a política, mas também a economia, a sociedade e a cultura. E há a conjuntura imediata, com suas especificidades. Nossa conjuntura se tornou mais sombria com o desvendamento da corrupção como fonte de poder. Nisso a Operação Lava Jato teve papel central. No primeiro capítulo — “Ponto de partida: uma crise política e moral” —, não quisemos nos ater apenas a esse aspecto. Tratamos de mostrar os processos gerais que também afetam nossa situação e redefinem nossas possibilidades.

No capítulo segundo, “Matriz política e cultural da crise”, discutimos as raízes históricas da situação atual. Isso foi feito sem que deixássemos de reconhecer as responsabilidades individuais e partidárias dos que deram sustentação ao modelo político-econômico que nos levou às aflições atuais.

Nas dificuldades presentes, há uma raiz cultural antiga que se

expressa, por exemplo, nas regras que definimos na Constituição de 1988 para o sistema partidário e eleitoral, para a representação sindical, para o arranjo federativo e para o regime fiscal. Na raiz dessas regras e de seus desdobramentos, pode-se enxergar a matriz que vê no Tesouro Nacional a tábua de salvação para todos os males do país. Daí que se torne importante propor reformas nesses aspectos da Constituição, e que os políticos e a população tomem conhecimento dos meandros do Orçamento da República e de suas limitações, bem como de velhos privilégios que se mantiveram preservados e de novos que foram criados.

Nesse sentido, assumo implicitamente uma parcela de responsabilidade nas deformações institucionais, pois fui líder no Senado da bancada do PMDB, mais tarde do PSDB e, durante algum tempo, relator-adjunto da própria Constituição. Portanto, ao criticar, faço automaticamente uma autocrítica, não só pelo que realizei como pelo que deixei de realizar como senador, ministro e presidente da República.

AS FASES DO CAPITALISMO E AS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Procuramos lembrar em vários capítulos que o que se chama de “globalização” significa não só uma integração, embora assimétrica, de todas as economias ao mercado internacional, mas a invenção e adoção de processos tecnológicos que alteraram o âmago das relações produtivas. Está em marcha o que alguns qualificam de “Quarta Revolução”, que abrange os processos produtivos da indústria, da agricultura e dos serviços. A nova produção usa robôs, máquinas inteligentes etc. e, especialmente, dispõe de novos meios de comunicação (como a internet) e de transporte de pessoas e bens. Esses processos também alteraram a sociedade e a

cultura. Mudaram as relações entre as pessoas e entre os grupos sociais, e modificaram as formas de comportamento.

Muitos associam a noção de globalização com a de dominação imperialista. Mas ela expressa, na verdade, outro momento da história do capitalismo, nem pior nem melhor, mas certamente diferente. Se na era do imperialismo um pequeno número de Estados nacionais do centro do sistema capitalista fornecia a base de sustentação da dominação, atualmente as empresas globais exercem função equivalente e, sem dispensar o poder do Estado, sobretudo nos momentos críticos, atuam com relativa independência deles.

Para marcar essas diferenças, utilizamos no livro noções ainda vagas que distinguem as “sociedades modernas” (formadas pela civilização capitalista urbano-industrial) das “sociedades contemporâneas”, nas quais os novos inventos alteraram as formas de sociabilidade, as crenças, os valores. Indicamos que mesmo conceitos estabelecidos, como o de “comunidade”, ganharam novas dimensões na atualidade. Formas organizacionais nascidas no período anterior, no da formação do capitalismo urbano-industrial, tais como partidos e sindicatos, parecem ter ficado desenraizadas nas sociedades contemporâneas.

A discussão sobre as novas sociedades está em curso e vem de longe. Os historiadores e cientistas sociais procuram demarcar os momentos das grandes transformações da história. Autor de enorme influência no século passado, Eric Hobsbawm diz que o período da expansão do capitalismo e do colonialismo marcou todo o século XIX e permaneceu com características semelhantes até a Revolução Russa de 1917, ou seja, até ao fim da Primeira Grande Guerra, em 1918. Nas palavras de Hobsbawm: “Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral;

e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado”.

Tal civilização sofreu a interrupção do breve século xx. Nele ganhou outras características, a despeito da continuidade de alguns de seus aspectos anteriores. O novo nem sempre mata o velho: eles podem coabitar por longo tempo, podem se fundir e, mesmo havendo substituição de um pelo outro, algo do anterior permanece, principalmente seus traços culturais.

Hobsbawm fala em “civilização”, conceito que abrange a economia, a sociedade e a cultura material e moral. E se espanta com o que ocorreu com a “era” breve, a do século xx: ela foi marcada por revoluções, guerras, desestruturação de antigas sociedades, Holocausto, luta entre comunismo e democracia, ameaça de conflito nuclear etc. E em poucas palavras, repetindo uma vez mais uma afirmação dele: “O século não acabou bem”. Por quê?

O desfazimento do passado ocorrido durante o período entre as duas grandes guerras, a que terminou em 1918 e a que findou em 1945, criou um conjunto de incertezas. A cara das sociedades contemporâneas, dizemos nós, apareceu mais nitidamente na década de 1990, quando o mundo deixou visivelmente de ser eurocêntrico. O globo passara, desde então, como havia anotado Hobsbawm, a ser a “unidade operacional básica”, reduzindo o papel dos Estados e das economias nacionais a “complicações” para as atividades transnacionais.

Se foi assim, pergunto novamente: por que distinguir as sociedades contemporâneas das modernas? Será apenas modismo?

Em nosso livro, a noção de sociedades contemporâneas em contraposição às modernas acentua uma dimensão fundamental: a das mudanças de forma e conteúdo das relações sociais, alterando a própria estrutura das sociedades. As transformações tecnológicas e

culturais que possibilitaram a globalização e afetaram o relacionamento entre pessoas e grupos sociais. Interessam-nos, especialmente, os efeitos da revolução das comunicações na vida política.

O autor que primeiro e de modo mais abrangente mencionou essa questão foi Manuel Castells, que analisou as “sociedades em rede” em diversas obras. É aos efeitos desse tipo de transformação nas sociedades e na política que nos referimos ao falar de sociedades contemporâneas. Estas se fragmentaram socialmente, sem que as classes sociais e seus interesses políticos, culturais e econômicos deixassem de existir. A elas se juntaram, contudo, novos atores provindos de âmbitos estruturais diversos, que se ligam na ação por valores e objetivos tais como defesa do meio ambiente ou identidades de gênero, de raça etc. A era das classes como motor exclusivo da história, sem desparecer, se desvaneceu.

Movimentos de cidadãos têm hoje uma potência inédita, mas mudanças duradouras nos modos de organizar a vida em sociedade requerem a institucionalização de novas práticas e valores. O desafio está justamente em encontrar — ou inventar — as formas mais propícias à reconexão entre o “mundo da vida e da sociedade” e o “mundo das instituições e do Estado”. Esse é o grande desafio da política democrática contemporânea ao qual o livro procura dar respostas, com atenção especial à situação brasileira.

O FIO CONDUTOR DO LIVRO

Dito isso, e sem aprofundar na discussão de conceitos, pois o livro é mais focado na conjuntura brasileira, passemos aos temas abordados. O título do capítulo primeiro, “Ponto de partida: uma crise política e moral”, é autoexplicativo: o texto discorre sobre a conjuntura e aponta para algumas raízes históricas da crise. Fala da insatisfação da sociedade e da resiliência das instituições.

No capítulo seguinte, falamos sobre o estilo do presidencialismo brasileiro. Dada a força do Congresso, a pluralidade partidária e certos dispositivos de nossa legislação eleitoral, o Executivo forma alianças políticas para governar, juntando partidos ideologicamente distintos, embora na situação brasileira muitos deles funcionem mais como agregados de pessoas com alguns interesses comuns do que como organizações marcadas ideologicamente. O nome dado a esse arranjo foi “presidencialismo de coalizão”. No capítulo, mostramos sua degeneração em um “presidencialismo de cooptação”, do qual tentamos desvendar as raízes.

No capítulo terceiro, “Crise e aprofundamento da democracia”, se vê que a crise atual se espalha pelo mundo ocidental afora, mesmo sem a prevalência da corrupção. As novas tecnologias de comunicação (internet à frente) são instrumentos que trazem mudanças grandes, embora não necessariamente positivas. Insistimos em que, ao mostrar as diferenças trazidas pela contemporaneidade às relações institucionais, não se deve propor o fim da democracia representativa, mas aprofundar a democratização e abrir brechas no sistema partidário para que se renovem suas práticas, seus quadros, suas formas de seleção de candidatos, sua capacidade de ouvir a multiplicidade de vozes da rua e de encontrar meios institucionais de levá-las em conta.

A questão a ser resolvida é a da reconstituição de laços de confiança entre governos e governados. Sem uma mensagem inspiradora como ponto de partida, será difícil reconstruir as instituições, uma vez que não se trata só de reformá-las, mas de captar mudanças de valores e de comportamentos, mudanças culturais, processos longos que se dão mais no plano da sociedade que no da política.

O capítulo quarto, “Os ativos do Brasil”, pretende mostrar que, embora em nossa tradição os problemas só se resolvam quando chegam ao ponto de saturação, muita coisa positiva foi feita no Brasil. Não partimos do zero. A Constituição de 1988, o

desenvolvimento econômico e as transformações sociais que já ocorreram mostram que estamos em marcha, ainda que o momento de desalento tolde a visão do que já conquistamos.

O capítulo começa a apontar os desafios a serem enfrentados. Alguns derivam de erros do passado, outros de interrogantes do futuro. Tanto uns quanto outros não serão superados sem que haja uma mentalidade nova, sem que os políticos encarnem a “palavra do amanhã”.

Mostramos que a mobilidade social e geográfica, a emergência de novos atores e de novas formas de expressão tecem o pano de fundo no qual as políticas devem operar. O amor à liberdade não se pode limitar a formulações abstratas: as pessoas querem seus direitos e sentem a desigualdade econômico-social. Há que dizer, programaticamente, o que se pensa sobre essa matéria.

Vislumbra-se nesse capítulo o que será tratado mais detidamente no capítulo seguinte: a fragmentação da sociedade não leva a que ela se move pelos ideais do “individualismo possessivo”, que valoriza exclusivamente a competição de uns contra os outros e mede o progresso em termos econômicos estreitos. Nasce um novo sentimento, o de conexão, que pode levar a maior responsabilização individual e ao senso do coletivo.

Este último tema é tratado com mais atenção no capítulo quinto, “O velho e o novo”. Nele retomamos a distinção entre Estado e mercado, para salientar que a visão tradicional de favorecer ou um ou outro desses polos é incompleta. Nos tempos atuais teremos que considerar um e outro, assim como dar relevo à noção de “público”, que não se confunde com a noção de estatal e vai além dela.

O capítulo chama a atenção para o novo tipo de relação entre as pessoas. Não se trata de conceber os interesses do indivíduo versus os da sociedade ou dos indivíduos como se todos fossem competidores no mercado, e sim os interesses de pessoas que se conectam seja diretamente, seja por meio da internet. A relação

delas com o coletivo passa a ser outra. As pessoas são portadoras de direitos e, quando não, anseiam por eles. São, em uma palavra, mais próximas do que na literatura política se chama de “cidadãos”, embora também atuem fora da pólis, como pessoas, e assumam, pelo menos em certas situações, uma dimensão da solidariedade. Clamam cada vez mais por maior dignidade.

O capítulo quinto também desenvolve a noção de “bem comum”, de modo assemelhado ao que os norte-americanos chamam de *common ground*: o terreno, público ou privado, no qual o interesse das pessoas se encontra e em nome do qual um país cria um destino nacional. Não é, contudo, um capítulo teórico. Ele discute concretamente o interesse comum e a atitude dos partidos em temas como o das privatizações.

E nele se nomeiam os inimigos da mudança, os adversários da contemporaneidade: de um lado o estatal-corporativismo, de outro o fundamentalismo de mercado. Ambos incompatíveis com o mundo contemporâneo. O fundamentalismo reduz o bem comum ao mercado e concebe a sociedade como um ajuntamento de indivíduos cujo objetivo é maximizar sua capacidade de acumulação e consumo. Já a esquerda antiquada abraça um estatismo que a isola das vibrações da sociedade contemporânea e a torna aliada das corporações.

Introduzimos também nesse capítulo a discussão sobre o que nos pode unir como país e reclamamos a necessidade de se criar uma nova agenda. Reafirma-se a necessidade de valorizar “certa ideia de Brasil”, enraizada no mais profundo de nossa cultura, mas olhando para o futuro. Uma vez mais cabe dizer que a discussão não é apenas conceitual. Ela se desenvolve colada nas questões reais que nos desafiam: Previdência, educação e saúde, segurança e assim por diante. Procuramos mostrar em cada uma delas os requisitos do “novo”, o caminho já percorrido e as dificuldades a ser enfrentadas.

O capítulo seguinte, o sexto, “Política, liderança e mensagem”, retoma alguns temas já desenvolvidos com base na premissa de que as ideias, para ser eficazes na política, precisam se incorporar simbolicamente em pessoas, nos líderes. Portanto, para renovar precisamos de líderes que sejam portadores da nova mensagem, que se distingam do passado, a começar pela forma como se comunicam com a população. Fazemos reparos ao meio político, que se distanciou da vida, e apelamos a um reencontro.

Nos capítulos anteriores as apostas foram feitas nos movimentos sociais e nas múltiplas formas de conexão que os meios técnicos disponibilizaram para as pessoas. No capítulo sexto, insistimos na importância da renovação das instituições, processo que requer uma nova agenda e, sobretudo, que a comunicação política seja portadora de mensagens para “reencantar” a vida pública. Dadas as características das sociedades atuais, é preciso que os líderes dirijam-se às pessoas e não vagamente a “coletivos”. É preciso construir o bem comum nas condições concretas em que vivemos, ou seja, refazer uma visão de futuro, um projeto de país.

O espírito de liberdade, a busca de mais igualdade e a ênfase na dignidade são valores que devem se dirigir às pessoas em situações concretas. Mas a mensagem política contemporânea também requer referências ao coletivo, ao que desejamos construir no Brasil, para dar um sentido maior à ação das pessoas.

Já no capítulo sétimo, “O lugar do Brasil no mundo”, motivados pela convicção de que a referência fundamental não deve ser apenas doméstica, mas também a da projeção do Brasil no cenário mundial, discutimos o que se fez no passado para defender os interesses nacionais e como atuar, com o mesmo propósito, em um mundo globalizado. Trata-se de uma síntese apertada de nossas possibilidades, do que são os ativos de nossa política externa e os desafios a enfrentar nas condições atuais do mundo.

O oitavo capítulo, “Uma certa ideia de Brasil”, refaz o percurso do livro sob a forma de conclusões. Naturalmente conclusões em aberto, uma vez que os desafios históricos se recolocam quando mudam as condições gerais do planeta, embora certos objetivos e valores nacionais tenham permanência maior. Há, portanto, que revê-los e readaptá-los sempre à luz do que está ocorrendo interna e externamente.

O livro fica à beira da mensagem política, sem perder pé, contudo, da ação pública efetiva. Sem partidarismos nem sectarismos, com fé em nosso futuro comum.

Tomara ele possa contribuir não para que um partido específico incorpore seu ideário, mas para a formação de um “polo democrático e popular”. Acrecentaria o qualificativo “e progressista”, querendo significar: de olhos abertos para as transformações técnicas e culturais do mundo. Mais do que ser incorporados por um partido, esses valores são motivadores da ação comum de um bloco, formado por partidos, setores da sociedade e movimentos sociais, capaz de sustentar a democracia e de levar o Brasil ao desenvolvimento social, econômico e cultural.

Ou seja, um polo de pensamento e ação que se oponha às noções ultrapassadas da velha esquerda e ao chauvinismo autoritário da nova direita. O desafio maior para este polo imaginário mas desejável é dar conta de que, embora o mundo esteja entrelaçado, ao nos integrarmos não devemos perder de vista o que nos é próprio, o que nos interessa como comunidade de destino. E perseverar, com convicção e esperança, na luta pela liberdade, pela igualdade e pela dignidade humana.

1. Ponto de partida: uma crise política e moral

Há um grito parado no ar. Vivemos uma profunda crise político-moral ligada à corrupção e ao desgoverno a que chegamos.

Dizer que jamais se viu crise política tão grande como a atual é lugar-comum. Mas é verdade pelo menos desde a Constituinte de 1988. A crise advém de muitos fatores, que desaguam na falta de confiança que alcançou boa parte da chamada “classe política”, parte do empresariado e da administração pública.

O conjunto impressionante de desvios revelado pela Operação Lava Jato está na raiz da percepção generalizada de que há muita coisa podre na vida político-governamental.

A isso somam-se as decisões equivocadas dos governos petistas em matéria econômica, que provocaram a desorganização das finanças públicas e a crise que dela decorre. Resultado: mais de 12 milhões de desempregados. É com vistas a melhorar a vida desses e dos muitos milhões mais de brasileiros incertos quanto a seu futuro que o país precisa retomar o crescimento econômico.

Em meio à raiva e à descrença, é importante, entretanto, não perder de vista que há razões fundadas para a esperança. O Brasil

mudou para melhor nos últimos trinta anos, após a reconquista da democracia. O combate que hoje se trava contra a corrupção é prova disso. Ele não seria possível não fosse o ambiente de liberdades em que vivemos, assegurado pela Constituição de 1988.

Também não seria possível sem a autonomia garantida ao Ministério Público pela mesma Constituição ou se o Brasil não houvesse assinado acordos internacionais de cooperação contra o crime organizado e contra a lavagem de dinheiro, criado novas instituições de Estado, como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), e adotado novas leis para combater esses crimes internamente.

Esses avanços institucionais se deram em resposta a mudanças nos valores da sociedade brasileira. Os brasileiros, hoje, têm mais consciência de seus direitos como cidadãos e como pagadores de tributos, e exigem cada vez mais probidade, transparência e eficiência no uso dos recursos que entregam aos governos.

Há, de fato, diversos precedentes de mudanças na sociedade que têm levado a mudanças institucionais. Exemplo eloquente disso é que leis sobre lavagem de dinheiro e sobre organizações criminosas, esta última consagrando a delação premiada no direito brasileiro, foram aprovadas pelo mesmo Congresso que hoje se vê às voltas com as investigações da Lava Jato. Isso se deu justamente em agosto de 2013, na esteira das imensas manifestações populares que tomaram grandes e médias cidades do país em junho daquele ano. A pressão popular, ainda que difusa, surtiu efeito concreto. O governo se empenhou e o Congresso aceitou aprovar projetos de lei fundamentais para o combate à corrupção.

Outro exemplo: a iniciativa de emenda popular que, com mais de 2 milhões de assinaturas, resultou na Lei da Ficha Limpa. A sociedade, mobilizada, se valeu de um instrumento de participação facultado pela Constituição de 1988 e criou um filtro importante para reduzir a desmoralização da vida pública por meio